**O PAPEL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS BRASILEIRO NA PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS**

**Maria Joycilane da Silva**

Discente do Curso de Direito – FACIGA/AESGA - E-mail: maria.19116180@aesga.edu.br

**Ricardo José Lima Bezerra**

Professor dos Cursos da FACIGA/AESGA - E-mail: ricardobezerra@aesga.edu.br

**1 CONSIDERAÇOES INICIAIS**

A presente pesquisa tem como objetivo central avaliar de que forma a implementação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem impactado o fortalecimento da democracia e a proteção dos direitos individuais no contexto brasileiro pós-setembro de 2020. A LGPD foi promulgada com o propósito de resguardar a privacidade dos dados pessoais dos cidadãos, fomentando a transparência e responsabilidade no tratamento dessas informações por parte de empresas e instituições. Diante da crescente inquietação acerca da segurança e privacidade de dados na era digital, a LGPD desempenha um papel crucial na defesa dos direitos individuais e na promoção dos princípios democráticos.

A fundamentação para este estudo emerge da necessidade premente de avaliar a efetividade e influência da LGPD como um marco legal de peso no manejo de dados pessoais no Brasil. Apesar do país possuir uma tradição democrática e de respeito aos direitos individuais, observam-se desafios recentes nesses domínios. Nesse contexto, a LGPD surge como uma potencial contribuição para a consolidação da democracia e proteção dos direitos individuais. Contudo, é imperativo investigar de que maneira ela está sendo efetivamente aplicada na prática.

Problemática: Diante do cenário de crescente digitalização e do avanço tecnológico no Brasil, surge a questão de como a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem afetado a salvaguarda da privacidade e a defesa dos direitos individuais, promovendo, assim, o fortalecimento da democracia.

Esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos específicos a serem atingidos com o seu desenvolvimento.

1. Analisar a eficácia da LGPD na proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros.
2. Investigar de que maneira a LGPD tem influenciado a transparência e a responsabilidade no tratamento de dados por parte de empresas e instituições.
3. Avaliar os desafios e obstáculos na efetiva aplicação da LGPD no contexto brasileiro.

**2. METODOLOGIA**

A pesquisa em questão emprega uma abordagem metodológica precisa e fundamentada para examinar a interseção entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a proteção dos direitos dos cidadãos. O método adotado consiste em uma revisão bibliográfica sistemática, abrangendo estudos publicados em periódicos acadêmicos e outros materiais pertinentes sobre a LGPD, privacidade e direitos individuais. Esta escolha metodológica proporciona uma base sólida e abrangente para a análise, garantindo que a pesquisa esteja fundamentada em uma ampla gama de fontes confiáveis e atualizadas.

A análise dos dados vem sendo conduzida através de uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica permite a categorização e interpretação dos dados coletados, possibilitando uma compreensão aprofundada das nuances e complexidades envolvidas na aplicação e impacto da LGPD na proteção dos direitos individuais dos cidadãos brasileiros.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) vem sendo contextualizada como uma resposta legislativa crucial para adaptar o ordenamento jurídico às características tecnológicas e digitais da contemporaneidade. Pinheiro (2018) nos informa que esta é uma legislação altamente técnica, que reúne uma série de itens de controle, buscando possibilitar o cumprimento das garantias previstas alicerçado na proteção dos direitos e garantias humanos e individuais. Ao fornecer orientações claras sobre como os dados pessoais devem ser tratados no meio digital, a LGPD fortalece a capacidade do sistema jurídico brasileiro de lidar com os desafios apresentados por essa nova realidade.

É importante ressaltar que a LGPD aborda não apenas a manipulação de dados no meio digital, mas também no meio físico, refletindo a abrangência e pertinência dessa legislação. Destaca-se, ainda, que a LGPD não se limita a aspectos técnicos, mas se baseia em um conjunto de medidas de controle que visam assegurar a efetiva proteção dos direitos e garantias humanos e individuais.

Ao adotar uma metodologia de pesquisa qualitativa, a investigação busca não apenas quantificar dados, mas compreender profundamente como a LGPD influencia a defesa dos interesses dos cidadãos e a proteção de seus direitos fundamentais. Isso contribui para a promoção de espaços democráticos de direitos, respeitando a dignidade e autonomia de cada indivíduo.

Em resumo, a combinação da revisão bibliográfica sistemática e da abordagem qualitativa de análise de conteúdo oferece uma estrutura robusta para explorar a relação entre a LGPD e a defesa dos direitos dos cidadãos, proporcionando uma compreensão aprofundada e bem fundamentada desse tema crucial na contemporaneidade. Assim, se reconhece a finalidade da tutela dessas informações objetivando a proteção de direitos individuais, como honra, imagem, liberdade de expressão e de comunicação, privacidade, autodeterminação e livre desenvolvimento da personalidade (MULHOLLAND, 2018).

Entendemos, assim, que a pesquisa ora aqui apresentada vem atuando através de métodos de investigação qualitativa (GIL, 2019), que ressaltem a importância de evidenciar como a LGPD pode contribuir para a defesa dos interesses dos cidadãos, seus direitos fundamentais e assim contribuir para a garantir a vivência em espaços democráticos de direitos.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**3.1. Análise da Eficácia da LGPD na Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais**

A análise da eficácia da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros revela avanços significativos. A legislação estabeleceu diretrizes claras para o tratamento e proteção dessas informações, impondo responsabilidades às empresas e instituições que lidam com dados pessoais. Observa-se um aumento na conscientização sobre a importância da privacidade e uma maior responsabilidade por parte das organizações na gestão adequada desses dados.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, especialmente no que diz respeito à efetiva fiscalização e aplicação das penalidades previstas na LGPD. Além disso, a conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e as medidas de proteção disponíveis ainda precisa ser ampliada. Portanto, embora haja avanços, a eficácia da LGPD na proteção da privacidade e dos dados pessoais é um processo em constante evolução.

**3.2. Influência da LGPD na Transparência e Responsabilidade no Tratamento de Dados**

A LGPD tem exercido uma influência notável na promoção da transparência e responsabilidade no tratamento de dados por parte de empresas e instituições. A legislação estabeleceu requisitos claros de transparência, exigindo que as organizações informem de maneira explícita como os dados são coletados, utilizados e armazenados. Além disso, a imposição de sanções em caso de violação estimulou uma cultura de responsabilidade no manuseio de informações pessoais.

No entanto, ainda é perceptível a necessidade de um monitoramento mais rigoroso para garantir o cumprimento efetivo dessas obrigações. Algumas organizações podem necessitar de orientações adicionais e capacitação para implementar práticas de transparência e responsabilidade de forma eficaz.

**3.3. Desafios na Aplicação Efetiva da LGPD no Contexto Brasileiro**

A avaliação dos desafios na aplicação efetiva da LGPD no contexto brasileiro evidencia uma série de questões a serem endereçadas. Dentre elas, destaca-se a necessidade de capacitação e treinamento adequados para profissionais envolvidos no tratamento de dados pessoais. Além disso, a estrutura de fiscalização e aplicação de sanções precisa ser aprimorada para garantir o cumprimento da legislação.

Ainda há setores e organizações que enfrentam dificuldades na adaptação às novas exigências da LGPD, especialmente aqueles com menor maturidade em termos de gestão de dados. Portanto, é essencial um esforço contínuo de conscientização e capacitação para promover uma aplicação eficaz da legislação

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da análise empreendida nesta pesquisa sobre a implementação e aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto brasileiro pós-setembro de 2020, torna-se evidente que essa legislação desempenha um papel fundamental na proteção dos direitos individuais e no fortalecimento da democracia. A LGPD, ao resguardar a privacidade dos dados pessoais dos cidadãos e promover a transparência e responsabilidade no seu tratamento, atua como um contraponto crucial em um cenário de crescente digitalização e avanço tecnológico.

A eficácia da LGPD na proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros é notável, com avanços significativos na conscientização sobre a importância da privacidade e na responsabilidade das organizações no manuseio adequado dessas informações. No entanto, ainda subsistem desafios, particularmente no que diz respeito à efetiva fiscalização e aplicação das penalidades previstas na legislação.

Além disso, a LGPD tem exercido uma influência positiva na promoção da transparência e responsabilidade no tratamento de dados, estabelecendo requisitos claros e incentivando uma cultura de responsabilidade no manuseio de informações pessoais. No entanto, é necessário um monitoramento mais rigoroso para assegurar o pleno cumprimento dessas obrigações, especialmente por organizações que podem necessitar de orientações adicionais e capacitação.

Ainda assim, a pesquisa revela desafios na aplicação efetiva da LGPD, incluindo a necessidade de capacitação e treinamento adequados para os profissionais envolvidos no tratamento de dados pessoais, bem como aprimoramentos na estrutura de fiscalização e aplicação de sanções. Setores e organizações menos maduros em termos de gestão de dados requerem especial atenção e esforços de conscientização para garantir uma aplicação eficaz da legislação.

Portanto, a presente pesquisa confirma que a LGPD tem um impacto substancial no fortalecimento da democracia e na proteção dos direitos individuais no Brasil. A legislação emerge como um instrumento essencial para preservar a privacidade em um mundo digital em constante evolução, promovendo assim a construção de espaços democráticos de direitos. No entanto, é imperativo continuar monitorando e aprimorando a implementação da LGPD para assegurar sua eficácia contínua e a proteção efetiva dos direitos dos cidadãos brasileiros.

**Palavras-chave**: Lei Geral de Proteção de Dados. Privacidade de Dados. Democracia. Direitos Individuais.

**Órgão de Fomento:** Programa Pernambuco na Universidade – PROUNI-PE.

**REFERÊNCIAS**

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Socia**l.7 ed. São Paulo: Atlas 2019.

MULHOLLAND, Caitlin Sampaio. **Dados pessoais sensíveis e a tutela de direitos fundamentais**: uma análise à luz da LGPD. R. Dir. Gar. Fund., Vitória, v.19, n. 3, p. 159-180, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1603/pdf>>. Acesso em: 19.ago.2023.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de dados pessoais**: Comentários à Lei n. 13.709/2018. São Paulo: Saraiva educação. 2020.